



ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE: UM SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA E ESPERANÇA NA LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

MARIELLE VIVE CAMP: A SYMBOL OF RESISTANCE AND HOPE IN THE STRUGGLE FOR LAND AND POPULAR AGRARIAN REFORM

Amanda Carneiro de Menezes

Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense

Laíza Carvalho da Silva

Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense e Estagiária da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Mateus Lima de Oliveira

Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a reforma agrária popular, com foco no Acampamento Marielle Vive, localizado em Valinhos (SP). Por meio de pesquisas bibliográficas, busca-se apresentar os principais pontos da reforma agrária no contexto brasileiro, evidenciando as principais demandas e avanços do Marielle Vive. Para tanto, em um primeiro momento será realizada uma breve exposição sobre a concentração fundiária e a necessidade da reforma agrária no país. Depois, serão apresentados os principais dispositivos legais que discorrem sobre a questão agrária brasileira. Por fim, o foco da discussão será colocado no Acampamento Marielle Vive, a partir da exploração de suas principais particularidades.

PALAVRAS-CHAVE: reforma agrária; Acampamento Marielle Vive; concentração fundiária; Valinhos.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the popular agrarian reform, with a focus on the Marielle Vive Camp, located in Valinhos (SP). Through bibliographic research, it seeks to present the main points of agrarian reform in the Brazilian context, highlighting the main demands and advances of Marielle Vive. To this end, a brief exposition on land concentration and the need for agrarian reform in the country will be carried out in a first moment. Afterwards, the main legal devices that discuss the Brazilian agrarian question will be presented. Finally, the focus of the discussion will be placed on the Marielle Vive Camp, based on the exploration of its main particularities.

KEYWORDS: agrarian reform; Marielle Vive Camp; land concentration; Valinhos.



1. INTRODUÇÃO

A reforma agrária reúne visões antropológicas, sociológicas, econômicas, históricas e jurídicas. A partir da justiça agrária e da política agrícola, a reforma agrária busca possibilitar o acesso à terra, reformulando a estrutura fundiária do país. O processo histórico e econômico do país ensejou uma forte concentração fundiária. A concessão de sesmarias, por exemplo, influencia a questão fundiária até os dias atuais.

As sesmarias eram faixas extensas de terras concedidas aos donatários. A partir da distribuição das sesmarias, o governo português buscava implementar um sistema jurídico capaz de garantir a própria colonização das áreas conquistadas⁴. A partir da divisão do país em capitâneas hereditárias, buscava-se fixar colonos e organizar uma produção lucrativa, criando dessa maneira, o caráter mercantil do processo colonizador⁵. Nesse sentido, observa-se que as terras do Brasil estiveram concentradas nas mãos de poucos desde o Período Colonial.

Devido à carência de uma distribuição de terras igualitárias no país, são muitos os dispositivos criados com o intuito de promover a justiça agrária. A Constituição Federal, em seu artigo 186, estabelece que é competência da União desapropriar para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social⁶.

A Lei 4.504 de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, estabelece a Reforma Agrária como meio capaz de promover a justiça social, o progresso, o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país⁷.

O próprio município de Valinhos, onde está localizado o Acampamento Marielle Vive, estabelece no art. 170, inciso X, da sua Lei Orgânica a criação de programas específicos de crédito, para custeio e aquisição de insumos, objetivando incentivar a produção de alimentos básicos e da horticultura. Um contraste ácido entre uma promessa e uma realidade elitizada voltada ao exterior, que não incentiva a produção local⁸.

Ainda que a reforma agrária seja uma política prevista em lei, ela é deixada em segundo plano pelos governantes. Nesse contexto, a atuação de movimentos sociais se torna essencial, de modo a forçar a ação governamental. A política de assentamentos, como a presente no Acampamento Marielle Vive, é uma forma de atuação dos movimentos sociais.

⁴ MOTTA, Marta. Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 121.

⁵ PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

⁷ BRASIL. Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

⁸ VALINHOS (SP). Lei Orgânica do Município de Valinhos. Valinhos: Câmara Municipal de Valinhos, 2020.



2. ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE

O Acampamento Marielle Vive ocupa uma área de aproximadamente 30 hectares, transformando um terreno irregularmente improdutivo em terra de produção agroecológica através da luta por terra contra o capital imobiliário. A ocupação ocorreu um mês após a execução da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro, dessa forma, os sem-terra nomearam o acampamento em homenagem a ativista política.

A propriedade, ocupada desde 14 de abril de 2018, é reivindicada pela Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários. O território era uma grande área de pasto sem gado e, atualmente, o objetivo da empresa é integrar-se a construção do maior empreendimento imobiliário de condomínio horizontal de luxo do município. O Acampamento Marielle Vive se configura como uma ocupação de terra em uma região extremamente valorizada e, desde o início, é alvo de ataques ferrenhos.

Nesse sentido, são muitos os desafios enfrentados pela comunidade, como riscos de despejo, precariedade material e diversas ordens para forçar as famílias a saírem da área. Em julho de 2019, o acampado conhecido como Seu Luis, um homem de 72 anos de idade, foi assassinado durante um ato político que exigia abastecimento de água potável no Marielle Vive. O caso revoltante do assassinato de Seu Luis expressa o contexto conflitivo pela reforma agrária no país, seja no enfrentamento ao agronegócio ou à especulação imobiliária, assim como, a resiliência da comunidade que, sob tantos ataques, também luta por justiça e pela prisão do assassino Leo Ribeiro. Em relação aos ataques e a postura inerte do governo, o MST se posicionou:

[...] Tem nas mãos o poder de resolver esse conflito com o reconhecimento da cidadania e assentamento definitivo das famílias no local, implantando políticas públicas através do Estado e favorecendo o acesso à moradia e ao trabalho digno.

3. ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE E A CIDADE DE VALINHOS

Atualmente, a região de Campinas possui uma grande quantidade de terras que não cumprem com a função social, permanecendo sem utilização por anos e contribuindo para a especulação imobiliária. Na perspectiva local, a cidade de Valinhos – localizada na região de Campinas – se transformou nas últimas décadas em um município privilegiado para a expansão capitalista por possuir as condições espaciais ótimas para construção dos condomínios (localização próxima de vias de acesso a diversas cidades e áreas de preservação ambiental, por exemplo), com uma elite local e poder público que privilegiaram esse desenvolvimento territorial. Além disso, na cidade Valinhos, devido a sua característica de cidade pendular ou dormitório, os moradores



acabam se deslocando diariamente para trabalhar ou estudar, retornando à cidade apenas para dormir, o que deixa as terras ainda mais inutilizadas.

Os condomínios fechados, além de provocar a gentrificação de áreas de moradia da classe trabalhadora, são uma agressão direta ao meio ambiente, causando um grande impacto ambiental aos remanescentes florestais e aos reservatórios hídricos com a impermeabilização do solo⁹. Além disso, é uma forma privada de apropriação do espaço público com o cercamento da área, restringindo o acesso e o direito de ir e vir das pessoas para garantir os interesses privatistas dos moradores das respectivas ruas da área urbana.

As famílias do Marielle Vive, por sua vez, constroem diariamente, há 7 anos, uma forma de uso do espaço e organização comunitária de modo a demonstrar a viabilidade do projeto de assentamento, através de produção de alimentos agroecológicos, organização coletiva de espaços da comunidade como Cozinha Coletiva, Saúde, a Escola Popular Luis Ferreira, Ciranda Infantil, atividades culturais, entre outros¹⁰.

Ao realizar uma análise comparativa entre a produção média da cidade e o acampamento Marielle Vive, encontra-se uma distinção entre as prioridades dos produtores. Nos anos 2000, a região impulsionada por iniciativas do Governo do Estado de São Paulo, passou a priorizar a exportação de frutas e o agroturismo. Para tanto, cada município da região voltou à sua produção para uma fruta específica, Valinhos optou pelo figo e, posteriormente, pela goiaba. Hoje o município produz 4.095 toneladas de figo em 230 hectares de terra e 9.454 toneladas de goiaba em 290 hectares, com algumas outras frutas de valor agregado com menor relevância, mas igualmente não presentes na dieta cotidiana. Segundo o IBGE, a cidade não possui nenhuma lavoura permanente ou temporária que produza qualquer alimento presente na cesta básica, ocorrendo este fenômeno em todas as cidades da região.

Nesse sentido, torna-se explícito a importância do acampamento Marielle Vive na reivindicação da constituição de um assentamento rural, construindo moradias, produção e resistência desde o início da ocupação. Segundo o MST, o Acampamento Marielle Vive age como uma “ilha de produtividade em um mar de condomínios”.

4. CONCLUSÃO

⁹ DE BARROS MOREIRA, Tassiana Barreto. O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE E A LUTA CONTRA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM VALINHOS/SP (2018–2020). Boletim DATALUTA, v. 14, n. 168, 2021.

¹⁰ DE BARROS MOREIRA, Tassiana Barreto. O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE: A LUTA PELA TERRA E A CONSTRUÇÃO REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 25, n. 1, p. 174-200, 2024.



De maneira concisa, o presente trabalho buscou demonstrar como o Acampamento Marielle Vive tem um papel extremamente relevante para a região, que carece de uma produção diversificada destinada a compor a cesta básica da população local.

Infelizmente, a situação do Acampamento Marielle Vive ainda é negligenciada pelas lideranças, que negligenciam a sua situação. Portanto, com fulcro na forte importância do Marielle Vive para a população rural e a região de Valinhos, faz-se imprescindível que as governanças locais e gerais atuem de modo a possibilitar a justiça agrária.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

DE BARROS MOREIRA, Tassiana Barreto. O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE E A LUTA CONTRA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM VALINHOS/SP (2018–2020). Bo-letim DATALUTA, v. 14, n. 168, 2021.

DE BARROS MOREIRA, Tassiana Barreto. O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE: A LUTA PELA TERRA E A CONSTRUÇÃO REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 25, n. 1, p. 174-200, 2024.

FREDO, Carlos Eduardo et al. Dimensionando e caracterizando a agricultura familiar no circuito das frutas, São Paulo. 2019.

LOPES, Fabiana Bardela; JÚNIOR, Marcos Z. Farhat; STRABELLO, Wellington D. A questão da terra no Brasil: um debate no Grupo de Estudos de Geografia e História. Anais do Encontro Regional de Ensino de Geografia, p. 75-84, 2018.

MOTTA, Marta. Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.

Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira.



Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 205-222, 2014.

VALINHOS (SP). *Lei Orgânica do Município de Valinhos*. Valinhos: Câmara Municipal de Valinhos, 2020.